

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Sabrina Plá Sandini¹
Carla Cristiane Batista Horst²

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre os desafios enfrentados por pessoas com deficiência física, em especial, as que estão inseridas no ambiente escolar, para tanto, evidenciamos a questão da inclusão com um desafio para os dias atuais, a questão do Atendimento Educacional Especializado, bem como a relação entre teoria e prática, principalmente no que diz respeito aos princípios estabelecidos em lei que permeiam a educação inclusiva. Ainda o trabalho sugere algumas alternativas para o trabalho com a Deficiência Física na tentativa de diminuir a distância entre os alunos com e sem deficiência na busca da verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Deficiência física; desafios; inclusão.

INTRODUÇÃO

No ambiente escolar sempre encontramos alunos que passam por diversas dificuldades e que podem ser ainda maiores para alunos com deficiência física. O presente artigo identifica especialmente os desafios que podem ser enfrentados por alunos com deficiência física inseridos nas escolas. Assim, temos o intuito de apontar algumas possibilidades e medidas que venham a colaborar com esses alunos, bem como expor as medidas tomadas pelas políticas públicas para que a tal inclusão seja aplicada.

Vemos também a importância em conceituar e apresentar as principais características da deficiência física, área fundamental do Atendimento Educacional Especializado. Para isso, conta-se com o apoio teórico de alguns autores como: Carmem Basil (2004), Maria Rosa B. Guijarro (2005), Eduardo J. Manzini (2007), Rosângela Machado e Rita Bersch (2007), Raimundo Facion (2009), além dos manuais de diretrizes nacionais para a Educação Especial, que são indicações relevantes para quem deseja compreender esta área.

Assim, também se faz necessária a abordagem de documentos oficiais como apoio aos nossos estudos, que nos mostrará quais precauções poderá ser tomada para que possibilite o processo da inclusão na sociedade como um todo.

Pautada nas orientações pesquisadas para o desenvolvimento desse trabalho, faremos a tentativa de apresentar algumas sugestões que possam contribuir para o melhor desenvolvimento e interação do aluno com limitações físicas em suas atividades educacionais, destacando a importância do papel do professor para a qualidade desse processo.

¹Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil(2009).

²Pós-Graduada em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Guairacá, Brasil(2013).

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Sendo assim, ao realizar um breve panorama sobre as características da deficiência física, buscaremos compreender melhor quais os principais desafios enfrentados por essas pessoas, e, ao mesmo tempo, quais desafios a deficiência física proporciona ao atual sistema brasileiro de educação.

1. INCLUSÃO SOCIAL – UM DESAFIO AOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

Atualmente, a questão da inclusão como um desafio aos sistemas educacionais vem ganhando cada vez mais destaque na sociedade. E, distante de um “modismo” que acompanha a questão, procuraremos entender melhor sobre o que compreende a inclusão. De acordo com Manzini (2007), a “inclusão visa à interação entre todas as pessoas, exige uma remodelação no contexto social, uma vez que a sociedade não se encontra preparada para essa relação”. Algumas dessas mudanças vão muito além do que simplesmente adaptar espaços físicos com rampas de acesso ou banheiros apropriados, por exemplo.

Temos presenciado uma relação equivocada relacionando a questão da inclusão. Associa-se, geralmente, para que se possam obter as práticas da inclusão social sejam necessárias principalmente questões ligadas à arquitetura, como construir rampas, disponibilizar vagas de estacionamento para deficientes, elevadores, corredores espaçosos, entre outros tantos. Não que essas ações não sejam relevantes, ao contrário, elas são fundamentais para o processo da inclusão. O que deve ser levado em conta diz respeito ao fato de que a inclusão não se estabelece apenas adaptando os espaços físicos. Torna-se necessário à plena interação entre pessoas com e sem deficiência, onde possam usufruir de forma igualitária o direito a uma educação de qualidade.

Como a proposta do ensino inclusivo é que todos os alunos passem a ser educados em conjunto com os demais alunos, no ensino regular, no mesmo espaço físico e temporal, surge a necessidade de tornar os espaços acessíveis para minimizar os efeitos das deficiências e proporcionar, a todos os alunos, oportunidades para que adquiram, de forma igualitária, habilidades acadêmicas, sociais e de vida diária. (AUDI, MANZINI, 2007)

Sendo assim, a questão da inclusão está totalmente direcionada à igualdade de oportunidades, priorizando “a valorização da vida de pessoas que sofrem os efeitos de deficiência permanente”. Mas será que as pessoas estão preparadas para a inclusão? A esse respeito comenta Audi e Manzini:

Quando todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, tornam-se capazes de fazer escolhas, numa vida produtiva e independente, temos a inclusão. (AUDI, MANZINI, 2007).

Desse modo, a inclusão mais que uma modalidade a ser adaptada, impõe um novo modo de pensar, uma aceitação de toda uma sociedade. Também a esse respeito Guijarro (2005) comenta que:

A educação inclusiva aspira fazer efetivos os direitos à educação, a igualdade de oportunidades e de participação. O direito de todas as crianças à educação encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países; porém, ainda

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

existem milhões de crianças e adultos que não têm acesso à educação ou recebem uma de menor qualidade. (GUIJARRO, 2005, p.08).

Deparamo-nos com muitas escolas que ainda não estão suficientemente preparadas para receberem alunos com necessidades especiais, afirma Manzini (2007), principalmente quando nos referimos a alunos com deficiência física. Infelizmente, as adaptações do espaço físico na escola de ensino fundamental, são na maioria das vezes, impróprias. Também há um grande déficit relacionado ao preparo dos profissionais que atendem esses alunos.

Assim, para que a inclusão educacional ocorra, há a necessidade de viabilizar capacitação para professores, suporte de profissionais especializados e adaptação nas estruturas físicas das escolas. (AUDI, MANZINI, 2007).

De acordo com Manzini (2007), “as condições de acessibilidade em ambientes físicos tais como escolas, teatros, universidades e demais logradouros públicos podem facilitar, em muito, para que a inclusão social ocorra”. Ou seja, ainda é muito comum nos depararmos com situações em que pessoas com dificuldades em ir e vir, são prejudicadas na interação com outros indivíduos e até mesmo limitadas ao conhecimento escolar. Mas, assim como um direito assegurado pela Constituição Brasileira, (1988 p. 138), onde se estabelece a garantia às pessoas em idade escolar ao acesso e a permanência a tais instituições de ensino, espera-se que, seja cada vez maior a interação entre o que se encontra registrado com o que, muitas vezes, se encontra na prática.

2. DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MOTORA: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Para que se possa alcançar o objetivo proposto, faz-se necessário, inicialmente, conceituar a deficiência física e apresentar algumas de suas principais características. Assim como mencionar a preferência de alguns autores ao referir-se ao tema como deficiência motora. No decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontra-se o conceito de deficiência física, conforme segue:

Art. 4º: - *Deficiência Física* – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Portaria – MEC).

Comumente encontram-se no ambiente escolar, diferentes diagnósticos que exigem dos profissionais cuidados específicos no atendimento educacional, principalmente nos casos mais graves. As terminologias “para, tetra, mono, hemi e tri”, determinam a parte e o grau do comprometimento do corpo.

Esses comprometimentos podem apresentar-se como: leve cambaleio no andar, necessidade do uso de muletas ou andador adequados, o uso de cadeira de rodas que pode ser manobrada pelo aluno, uso de cadeira de rodas manobrada por terceiros, uso de cadeira de rodas motorizada que poderá ser acionada por qualquer parte do corpo onde predomine função. Esses problemas poderão estar associados ou não a: dificuldades de

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

linguagem, dificuldades visuais, dificuldades auditivas com possibilidade de compensação com uso de aparelho específico, semi-dependência para atividades da vida diária. No entanto, as consequências da lesão variam de acordo com o desenvolvimento de cada criança.

As causas dessas deficiências são de origem bem diversificada. De acordo com os estudos propostos pelo MEC elas são apresentadas em:

Paralisia Cerebral: por prematuridade; anóxia perinatal; desnutrição materna; rubéola; toxoplasmose; trauma de parto; subnutrição.

Hemiplegias: por acidente vascular cerebral; aneurisma cerebral; tumor cerebral.

Lesão Medular: por ferimento por arma de fogo; ferimento por arma branca; acidentes de trânsito; mergulho em águas rasas; traumatismos diretos; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos.

Malformações congênitas: por exposição à radiação; uso de drogas; causas desconhecidas.

Artropatias: por processos inflamatórios; processos degenerativos; alterações biomecânicas; hemofilia; distúrbios metabólicos e outros. (Portaria - MEC, 2001).

Conforme Basil (2004), as deficiências “motoras”, termo que prefere ser utilizado pela autora, também são agrupadas em função de sua origem: A Paralisia cerebral, o Traumatismo crânio encefálico e os tumores são de origem cerebral. A Poliomielite, a Espinha Bífida, as Lesões medulares degenerativas e o Traumatismo medular são de origem espinhal. De origem muscular, são as Miopatias (isto é, distrofia muscular progressiva de Duchenne, distrofia escapular de Landouzy-Djerine). Por fim, as de origem ósseo-articulatória são consideradas: malformações congênitas (amputações, luxações, artrogripose), distróficas (condrodistrofia, osteogênese imperfeita), microbianas (osteomielite aguda, tuberculose ósseo-articular), reumatismos infantis (reumatismo articular agudo, reumatismo crônico) e as Lesões osteo-articulares por desvio do ráquis (cifose, escoliose, lordose).

A paralisia cerebral (PC) é considerada por Basil (2004), uma das formas de deficiência motora mais frequente na população escolar. Ao termo, a autora engloba um conjunto tão vasto de sintomatologias, que ressalta o que pode ser excluído da definição. “Em primeiro lugar, vale assinalar que a PC não é uma doença, mas sim um quadro ou um estado patológico”. Ou seja, trata-se de algo que não pode ser curado em sentido estrito. “Em segundo lugar, o conceito de PC não inclui uma doença degenerativa”. De uma forma mais simplificada podemos dizer que paralisia cerebral é uma deficiência motora ocasionada por uma lesão no cérebro.

Esses transtornos geralmente comprometem a função física e motora do indivíduo. Cabe aqui ressaltar, que de acordo com os estudos realizados, a deficiência física caracteriza-se como parte ou membro faltante ou mal formado do corpo. A deficiência motora além das características físicas estaria associada à dificuldade de locomoção do indivíduo. Em casos considerados mais graves, a deficiência física nem sempre aparece isolada, conforme formula Bersch e Machado (2007), ao associá-la com “privações sensoriais (visuais ou auditivas), deficiência mental, autismo e problemas de comunicação, como no caso de alunos com paralisia cerebral”.

Na escola, podemos encontrar alunos que apresentem qualquer um desses transtornos já mencionados, ávidos por um atendimento que supram suas principais

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

necessidades. Atendimento esse, que é considerado pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, um direito do aluno e dever da instituição de ensino, conforme citado:

O acolhimento, pelas escolas, de todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (necessidades educativas especiais). (BRASIL, 2001, p.17).

De acordo com dados pesquisados pela OMS, (Organização Mundial de Saúde) estima que, 10% da população de países desenvolvidos são constituídos de pessoas com algum tipo de deficiência. Para os países em desenvolvimento estima-se de 12 a 15%. Desses, 20% seriam portadores de deficiência física. Considerando-se o total dos portadores de qualquer deficiência, apenas 2% deles recebem atendimento especializado, público ou privado. Dessa forma, assegurar uma pedagogia centralizada na criança, com atenção especial às necessidades de alunos com deficiências mais graves, respeitando tanto a dignidade como as diferenças de todos os alunos, é imprescindível.

Nesse sentido, a ideia anterior que vai ao encontro com o que formula Bersch e Machado (2007), sobre os ganhos que uma criança tem quando inserida em um ambiente que permite o convívio e a participação, completa:

A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. (BERSCH, MACHADO, 2007, p.17).

Sendo assim, a pessoa com deficiência física, não deve estar em um mundo à parte para desenvolver suas habilidades motoras. É muito mais significativo, assegurar a ela o seu direito de ir e vir na sociedade, especialmente na escola.

Por isso, torna-se relevante o estudo complexo como a do direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, e fundamentá-las nos princípios que as envolve.

3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DOS ALUNOS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

Refletir sobre o processo inclusivo nos leva à necessidade de rever conceitos e práticas, no caminho de uma sociedade que respeite as diferenças possibilitando a construção de uma verdadeira identidade. De acordo com a LDB – (Parecer CNE/CEB nº 17/2001) para que se possa dar conta de uma questão como à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, é preciso fundamentá-las nos seguintes princípios: a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania. Que nos remete a um grande desafio a ser cumprido.

Em diversos trechos da Declaração de Salamanca (1994) é mencionado o conceito de inclusão, como:

Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (p. 18).

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

A dignidade humana implica que os direitos de igualdade de oportunidades sejam respeitados, não permitindo que a discriminação seja responsável por gerar ainda mais barreiras enfrentadas pelo aluno.

O respeito à dignidade da qual está revestido todo ser humano impõe-se, portanto, como base e valor fundamental de todo estudo e ações práticas direcionadas ao atendimento dos alunos que apresentam necessidades especiais, independentemente da forma em que tal necessidade se manifesta. (BRASIL, 2001, p.24).

Segundo esse princípio, “toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de se seus semelhantes e tem o direito a boas condições de vida e à oportunidade de realizar seus projetos”.

Dessa forma, pode-se cumprir o que descreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quando considera os “direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outro motivo”. Na contramão desse princípio, está a exclusão gerada por meio das diferenças e pelas desigualdades sociais. Reforçando a questão, Melo; Lira; Facion (2009) argumentam que:

As desigualdades sociais e econômicas vividas pela população promovem esta diferença, que a proposta da inclusão tenta reduzir ao estabelecer que os governos devam priorizar uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento pleno de seus educandos. (MELO; LIRA; FACION, 2009, p. 57).

Exige-se então, a adoção de práticas fundamentais nos princípios da dignidade e dos direitos humanos. Nenhuma prática acerca do desenvolvimento da educação e da formação da personalidade deverá estar vinculada a uma atitude de compaixão, como se os alunos com necessidades educacionais especiais fossem alvos de piedade. A proposta do princípio da dignidade é justamente, não permitir que ocorra esse tipo de discriminação, permitindo com que os direitos de igualdade sejam respeitados.

Assim, para encontrar uma situação igualitária, cada indivíduo precisa encontrar-se consigo mesmo, até que finalmente, tenha uma identidade própria, como descreve o princípio que preza pela busca da identidade.

O direito à própria identidade significa assegurar a individualidade de cada sujeito na sociedade, respeitando a cada pessoa pelo que é, e reconhecendo sua liberdade e autonomia. A escola não somente é um espaço fundamental para a transmissão da cultura e a socialização, como também para a construção da identidade pessoal. (MEC. 2005).

O direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade de outro se manifesta no direito à igualdade e no respeito às diferenças, reconhecendo a necessidade de haver condições de oportunidades apropriadas dentro do processo educacional, onde disponibilize ao aluno as particularidades necessárias de acesso ao currículo escolar, de acordo com suas necessidades específicas. Porém, verifica-se o fato de estar diante de um processo que nunca se complete de forma suficiente. Diante dessa concepção, Guijarro (2005), relata sobre a importância de o currículo ser:

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

amplo e flexível que se possa diversificar e adaptar às diferenças sociais, culturais e individuais. O currículo tem de ser significativo e pertinente para todos os alunos e alunas e não somente para àqueles das escolas e culturas predominantes. Isso significa assegurar uma aprendizagem básica para todos, e adaptar diversificar o currículo para dar resposta à diversidade de necessidades educacionais do aluno. (GUIJARRO, 2005 p.12).

Sendo assim, nota-se que o ambiente escolar deve permitir ao aluno vivenciar suas relações de respeito, e, na convivência social igualitária, desenvolver também suas relações de identidade e dignidade possibilitando o exercício de sua cidadania. Desse modo, assegurar a prática voltada à pessoa com deficiência física pautada em seus princípios torna-se um de seus maiores desafios.

4. POSSÍVEIS FORMAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO DEFICIENTE FÍSICO

Como bem sabemos o atendimento educacional ao deficiente físico tem um aspecto diferenciado, já que por apresentarem certas limitações em realizar determinadas ações, necessitam de um atendimento especializado. Mas de que forma esse tratamento deve se dar?

Um dos pontos principais para que um trabalho satisfatório seja realizado com esses alunos é a preparação prático-pedagógica do professor perante as possíveis dificuldades que possam surgir durante o processo de ensino, assim como fazer bom uso dos materiais específicos em cada situação.

Materiais didáticos específicos são fundamentais para o trabalho com pessoas deficientes físicas, já que elas necessitam de um tratamento diferenciado em aulas específicas como educação física, atividades recreativas e artes.

Um recurso que vem ganhando espaço e respaldo entre os teóricos da área é o uso de tecnologia para auxiliar o professor em sala de aula. A assim chamada tecnologia assistiva (TA) tem desempenhado um papel importante no ensino de pessoas com deficiência física. Dessa forma Bersch e Schirmer (2005) nos oferecem uma visão do conceito de TA sendo:

uma área do conhecimento que se propõe a promover ou ampliar habilidades em pessoas com privações funcionais, em decorrência da deficiência.(...) Os recursos que favorecem a comunicação; a adequação postural e mobilidade; o acesso independente ao computador; a escrita alternativa; o acesso diferenciado ao texto; os projetos arquitetônicos para acessibilidade; os utensílios variados que promovem independência em atividades como alimentação, vestuário e higiene; o mobiliário e material escolar modificado; são exemplos e modalidades da TA. (BERSCH, SCHIRMER, 2005, p. 87).

A partir das considerações apresentadas, podemos afirmar que, com o uso de tal recurso, o trabalho do professor tem um aumento de qualidade significativo, e em hipótese, um aumento na produtividade de seus alunos, desde que haja uma preparação adequada para trabalhar com tal tecnologia, o que propõe uma capacitação operacional e pedagógica para que estejam prontos para qualquer percalço durante o a docência, uma vez que, para explorar as potencialidades e limitações que as (TA) oferecem torna-se necessário o conhecimento pedagógico desse recurso.

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Outro aspecto a ser considerado é a adaptação e mudanças no espaço físico da escola para comportar os alunos que necessitam, por exemplo, do uso de rampas e corrimões, estrutura dos banheiros e salas de aula, ou seja, a escola como um todo deve adequar-se às necessidades para que não haja nenhum tipo de dificuldades de locomoção ou exclusão.

Portanto, as ações acima explicitadas fazem parte das questões estruturais de um espaço. Porém, acima de tudo é importante destacar que a prática docente é uma das peças principais, o complemento para que todas as medidas de inclusão venham a funcionar dentro do âmbito escolar. A esse respeito Bersch e Machado (2007) afirmam que:

São os professores especializados os responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, tendo por função a provisão de recursos para acesso ao conhecimento e ambiente escolar. Proporcionam, ao educando com deficiência, maior qualidade na vida escolar, independência na realização de suas tarefas, ampliação de sua mobilidade, comunicação e habilidades de seu aprendizado. (BERSCH, MACHADO, 2007, p.28).

Sabendo que o professor tem como objetivo fazer com que os alunos com deficiências sejam inclusos e tenha condições de participar de uma forma igualitária com toda a turma, sugerimos possíveis leituras, como a do livro “*Jogando com as diferenças*” de Rosilene Moraes Diehl (2006) e “*Ensaio Pedagógico*” *Construindo Escolas Inclusivas: Tecnologia Assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados* (2005), que poderão auxiliar os docentes no desenvolvimento de suas práticas.

Essa é apenas uma pequena parcela das possíveis formas de se incluir alunos com deficiência física. Também há necessidade de o professor estar atento à forma em que trabalha essas brincadeiras pensando que a cada uma delas, ele deve incluir todos os alunos, seja uma apresentação musical, uma dinâmica, coreografias, etc.

A questão de como inserir a pessoa com limitações físicas em atividades com todo o grupo de forma satisfatória, torna-se então outro grande desafio. Não apenas no que diz respeito às suas condições físicas, mas, baseando-se em todas as partes que estão envolvidas no processo. Podemos até sugerir algumas leituras considerando o seu potencial teórico, o que não podemos esquecer é que não existe uma receita ou manual de instruções de como lidar com situações que podem ser encontradas nas escolas, tornando-se assim uma questão muito complexa, pois nem sempre o conhecimento da teoria garante a eficiência da prática, da mesma forma que, para exercer uma boa prática se faz necessário o aperfeiçoamento de teorias relacionadas à área, que passam por frequentes atualizações.

Sendo assim, as atividades a serem desenvolvidas na escola precisam de uma atenção especial, necessitam ser adaptadas para atender as especificidades de cada caso, pois mais importante que a quantidade de sugestões oferecidas, é identificarmos a importância da qualidade e a singularidade que cada caso exige. Acreditamos que dessa forma atenciosa será mais fácil assegurar às pessoas o respeito relacionado às suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a deficiência física apresenta uma série de características que são definidas por meio de sua origem, seja ela cerebral, espinhal, muscular ou ósseo-articulatória. Cada uma delas exige uma atenção diferenciada e especializada.

No caso de crianças inseridas no ambiente escolar, o atendimento especializado fica a cargo do professor e de todas as pessoas que, de algum modo, participam de seu processo educacional. Nesse momento, torna-se fundamental a formação de ordem pedagógica do profissional, pois será através dele que o ambiente escolar poderá permitir ao aluno vivenciar suas relações de respeito e convivência social, facilitando o desenvolvimento de sua identidade e dignidade, possibilitando o exercício de sua cidadania. Partindo do pressuposto de que nem todas as pessoas estejam preparadas para a inclusão, o papel do professor surge como um facilitador.

Desse modo, a inclusão mais do que uma teoria a ser praticada, impõe um novo modo de pensar, uma adoção de novos princípios por parte de uma sociedade. Garantir a prática voltada à pessoa com deficiência física pautada em seus direitos assegurados pela Constituição Brasileira (1988) torna-se um de seus maiores desafios.

As pessoas com deficiência ainda enfrentam muitos desafios, principalmente no que diz respeito a condições de igualdade e oportunidade, pois, como vimos, instrumentos legais existem, o que é necessário é aprimorar a interação com as pessoas que apresentam deficiência sem discriminar ou excluir. Voltar os olhos a esse grupo de pessoas que necessitam ter seus direitos respeitados para poder viver com dignidade e respeito.

Sendo assim, as adaptações necessárias no espaço físico colaboram em grande quantidade com o desenvolvimento do indivíduo, mas, apenas limitar-se a adaptações físicas do ambiente não é suficiente. Portanto, acima de tudo é importante destacar que a prática docente é uma das peças principais, o complemento para que todas as medidas de inclusão venham a ser agilizada dentro do âmbito escolar, e dessa forma, ganhar forças para conquistar também o espaço que transcendam o espaço escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, E.M.M. e MANZINI, E.J. **Avaliação da acessibilidade em escolas de ensino fundamental: descrição da metodologia para elaboração de protocolo.** Arquitextos 081, Texto Especial 405, portal Vitruvius, 2007 Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp405.asp>. Acesso em 22 de mai. 2012.

BASIL, Carmen. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação:** trad. Fátima Murad – 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. Conhecendo o aluno com deficiência física. In: SCHIRMER, Carolina R. **Deficiência Física. “Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado”.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas/** Secretaria de Educação especial - 1. ed. Brasília : MEC;SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência física/** Secretaria de Educação especial - MEC;SEESP, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

DIEHL, Rosilene Moraes: **Jogando com as diferenças: Jogos para crianças e jovens com deficiência/** São Paulo: Phorte, 2006.

FACION, Raimundo J; MATTOS, C. L. G. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. rev. e atual. – Curitiba: Ibpex, 2009.

GODÓI, A M. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão:** dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. [4. ed.]– Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciafisica.pdf>. Acesso em 01 jul. de 2012.

GUIJARRO, M R. Inclusão: **Um desafio para os sistemas educacionais** In: *Ensaio Pedagógico - construindo escolas inclusivas:* 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.

MANTOAN, Maria T. Eglér. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos/** Maria Tereza Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

MANZINI, Eduardo J. Tecnologia Assistiva para Educação: Recursos Pedagógicos Adaptados. In: **Ensaio Pedagógico - construindo escolas inclusivas:** 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

CHALLENGES FOR INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES PHYSICAL

ABSTRACT

This paper has the aim to reflect about the challenges faced by people that have physical disabilities, in special those that are inserted in the school environment, so, we highlight the inclusion issue as a challenge for the present days, the issue of Specialized Educational Attendance, as well as the relation between theory and practice, mainly those related to the established principles in law that permeate the inclusive education. The work also suggests some alternatives for the work with Physical Disabilities in attempt to shorten the distance between the students having or no disabilities in the search of the real inclusion.

KEYWORDS: Physical Disabilities; Challenges; Inclusion.

Recebido em 29 de agosto de 2013; aprovado em 20 de julho de 2014.